

Bairros Económicos do Porto: a casa como arma política¹

Paulo Almeida*

A preocupação estatal com o “problema habitacional” iniciada na República prossegue de forma sistemática durante o regime autoritário, com uma variedade de soluções que começa por privilegiar, durante os anos de consolidação do Estado Novo, a renda resolúvel e o acesso à propriedade privada em moradia unifamiliar, determinando um movimento de colonização das periferias das principais cidades do país.

Se até 1933 o Estado criava condições vantajosas para os privados investirem em habitação social, a partir daí, com o programa de casas económicas, passa a tomar conta de todos os processos de construção, urbanização, distribuição e manutenção das habitações, socorrendo-se da criação de um fundo gerido por uma subsecretaria da Presidência do Conselho, financiado em partes iguais pelo Estado e pelos empréstimos das câmaras com forte tecido industrial, Porto e Lisboa, e depois também Coimbra e Almada, cuja função era definir o que se construía, procedendo igualmente à escolha e controlo das famílias contempladas. Até 1945, o programa de casas económicas foi praticamente a única resposta ao “problema habitacional” do país, consistindo na construção de isolados bairros de moradias geminadas, um regime oneroso de edificação de vivendas com quintal e logradouro, de um a três pisos, em vastos terrenos na periferia de centros de trabalho, que além das cidades financiadoras incluía Braga, Guimarães, Viana do Castelo, S. João da Madeira, Covilhã, Portimão e também Bragança, Vila Viçosa e Olhão. O objectivo do regime era conceder a propriedade privada a famílias nucleares, idealmente sustentadas pelo chefe de família. Para isso deviam ser capazes de amortizar 20 ou 25 anos de rendas constantes, calculadas de forma a possibilitar a amortização do investimento.

A preferência por famílias nucleares resulta da própria Constituição Política promulgada em 1933, que aponta a família como “o fundamento de toda a ordem política e administrativa”, devendo o Estado “favorecer a constituição de lares

¹ Comunicação baseada na dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2010, sob o título “Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965)”.

* – Investigador do CITCEM no âmbito do Mestrado em História Contemporânea (2008-2010) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

independentes e em condições de salubridade e a instituição do casal de família”². No caso do Porto, o cálculo para a amortização do investimento afasta as classes populares e trabalhadoras, que são menos solventes e revelam mais necessidades habitacionais. O chefe de família, entre os 21 e os 40 anos, deve ainda corresponder aos propósitos corporativos do regime, deve ser sócio de um sindicato nacional, cuja direcção, homologada pela mesma subsecretaria, aprova a candidatura, ou deve pertencer ao funcionalismo público.

Até ao final da II Guerra Mundial, em todo o país, são construídas quase 3 mil casas, correspondendo a 19 bairros, que acabam por ser distribuídas às famílias mais solventes, as que têm capacidade económica para pagar o investimento; no Porto, cerca de 1300 casas, correspondendo a oito bairros, são maioritariamente distribuídas a funcionários públicos da Administração Central, Forças Armadas e polícias, e aos assalariados inscritos nos sindicatos do sector terciário. A propaganda do Estado Novo, aliada à informação veiculada na imprensa e secundada pelos discursos oficiais, continua, no entanto, a promover a política das casas económicas como um programa habitacional para “pobres e remediados”, para “humildes trabalhadores”, para as “famílias menos abastadas”, originando uma procura elevada, que permite à Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social escolher os contemplados que oferecerem maiores garantias de fidelidade e defesa do regime.

Os resultados do programa, apesar da oferta de construção estatal, que nunca fora tão elevada, não conseguem satisfazer as necessidades das classes menos solventes, nem resolver a questão de salubridade das “ilhas” do Porto e a sobreocupação do centro histórico. Mesmo assim, a política de casas económicas evolui rapidamente no sentido da melhoria da qualidade das habitações, passando a apresentar o programa como “a resolução do problema da habitação para os operários e para as classes médias”. As casas construídas entre 1942 e 1950, no Porto, tinham todas dois andares e as classes mais luxuosas dispunham de cave, duas salas, escritório, hall e quarto de criada, tipologias claramente dirigidas à classe média. As casas estavam distribuídas por quatro classes, com três tipologias cada, correspondendo aos ideais do regime, uma moradia por família, com um quarto para cada filho, sendo estes de sexos diferentes.

A distribuição de casas pelas famílias revela a estratégia do regime de beneficiar um amplo sector intermédio, que Rosas (1995: 415-416) identifica como “numerosa

² Art.º 12.º e Art.º 14.º da Constituição Política da República Portuguesa, 1933.

legião urbana de funcionários públicos, autárquicos e corporativos, empregados de escritório, caixeiros, profissionais liberais, etc.”, como condição para a sua estabilidade. É este “sector intermédio”, mais ou menos letrado, moderador da radicalidade política e social, tendencialmente conservador, o principal beneficiado com a “grande obra do Estado Novo”, levados para as periferias rurais das cidade, com o horizonte da propriedade privada, num duplo mecanismo de afastamento da agitação do centro citadino e de colonização e expansão urbana. Antes de pretender ser uma resposta ao problema habitacional de escassez de habitação barata e salubre que possibilite um reordenamento da cidade e uma melhoria das condições de vida de um largo sector populacional, onde se encontram os operários e as classes populares, a casa económica revela-se uma recompensa ou um favor do regime para a sua principal base de apoiantes, que reside nas classes possidentes, nos funcionários públicos, nos sectores conservadores e antidemocráticos.

A consulta do Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana³, que conserva os ficheiros individualizados das famílias contempladas com casas económicas no Porto, entre 1935 e 1965, confirma a ideia de distribuição de casas por um conjunto vasto de declarados defensores do regime. As famílias contempladas com uma moradia são naturais da cidade e pertencem maioritariamente às classes dominantes, ligadas ao funcionalismo público e ao sector dos serviços; dispõem de rendimentos mais elevados que o operariado e pequeno comércio e são apoiantes do regime, evidenciado pelas ligações expressas à Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa, Assembleia Nacional, mas também às grandes empresas protegidas pelo Estado Novo, à banca ou profissões liberais ligadas à máquina do Estado, como médicos, professores e engenheiros. Todavia, em grande parte, são os operários inscritos nos respectivos sindicatos que mais acorrem aos concursos para atribuição de casa, mas os menos contemplados. A análise dos processos possibilita uma leitura de maior alcance, que vai além da mera simpatia pelo regime ou da condição económica favorável. A atribuição de casas económicas em

³ O Arquivo IHRU, da tutela do Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, é constituído por ficheiros individualizados de cada família contemplada com uma casa económica, reunindo informação desde o momento da candidatura até à posse plena. Foi organizado pelos fiscais dos bairros em 1943, por ordem das comissões de fiscalização dos bairros económicos, organismos com sede na câmara municipal, criados no mesmo ano. Os ficheiros pertenceram à tutela da Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, depois Ministério das Corporações (1950), e passaram para o ministério das Obras Públicas, Fundo de Fomento da Habitação, em 1972. Fisicamente, estiveram nos postos fiscais de cada bairro, tendo transitado para a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1974, sendo integrados no IHRU, em 2005.

regime de renda resolúvel pelas famílias beneficiadas revela um enorme conjunto de favorecimentos pessoais, em que os imóveis são entregues a pedido de várias hierarquias do Estado ou conforme as simpatias pessoais para com os agentes que procedem à sua distribuição. A defesa dessas famílias prolonga-se durante o período de amortização da habitação, quando estas revelam comportamentos susceptíveis de levar à rescisão do contrato firmado com o Estado.

Ainda assim, as famílias beneficiadas com casas económicas estão sujeitas aos mecanismos de controlo e fiscalização, que visam assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, mas também a boa conduta moral e política. Os bairros económicos, embora revelem uma estratificação social interna, uma disposição de classes de casas por áreas distintas, uma separação entre as casas mais modestas e as de maior qualidade, asseguram também uma forte homogeneidade interna promovida pela acção dos equipamentos sociais que acompanham os conjuntos habitacionais, escolas, capelas, centros sociais e recreativos, clubes e mesmo estabelecimentos comerciais. Os bairros de casas económicas evidenciam o ideal proposto pelo regime autoritário, manifestam-se como pequenas aldeias isoladas na cidade, qual condomínio fechado, idealmente com uma vivência própria, em que os chefes de família são trabalhadores, as mulheres cuidam do lar e dos filhos e as crianças vão à escola no bairro, todo um conjunto harmonioso vigiado pelos fiscais instalados em cada agrupamento.

O programa de casas económicas revela-se um fracasso na medida em que não solucionou o designado “problema habitacional”, de milhares de famílias vivendo em situação precária. A cidade do Porto, especialmente, é um sintoma dessa falha; em 1950, a câmara municipal, sob autorização estatal, havia construído 407 casas para pobres, em regime de arrendamento num modelo de infra-estruturas semelhante às casas económicas, enquanto o Estado contava já com 1562 fogos atribuídos em regime de renda resolúvel. Nesta altura, o Porto apresenta uma população de cerca de 228 mil habitantes, registando 66.611 fogos, sendo que cerca de 18 por cento destes são habitações precárias⁴. A resposta estatal a esta realidade avança somente em 1956, com o Plano de Melhoramentos que, em dez anos, visa a construção de 6 mil fogos destinados aos habitantes das “ilhas”, mas em prédios colectivos de construção barata e em regime de arrendamento.

⁴ Instituto Nacional de Estatística (1954), *IX Recenseamento Geral da População 1950*.

A sustentabilidade do programa de casas económicas nunca é alcançada, pois as rendas liquidadas em valores constantes, calculadas a partir da data da entrega das casas, sofrem uma desvalorização acelerada com o aumento do custo de vida, enquanto os salários sofrem uma forte valorização, sobretudo os dos funcionários públicos, a partir de metade da década de 1950, embaratecendo a sua aquisição. As casas de maior qualidade, construídas no Porto, a partir de 1942, são entregues com rendas consideravelmente baixas, inferiores mesmo às dos programas de casas de renda económica, em propriedade horizontal, surgidos em 1945.

Com a multiplicação das soluções habitacionais estatais, na década de 50, o programa foi sendo progressivamente abandonado no Porto, planeado para áreas mais pequenas e financiado por capitais da Previdência Social, sendo o último dos 12 bairros edificados, em 1965, erguido já em propriedade horizontal. Ainda assim, os beneficiários desta política continuaram a ser, em grande parte, as classes privilegiadas da cidade, mais próximas do regime: jornalistas, médicos, empregados de escritórios, caixeiros, delegados de propaganda médica e os funcionários públicos. Embora o regime autoritário desde muito cedo tivesse consciência que o modelo da casa económica era um fracasso como medida de resolução para a escassez de habitação salubre e barata nas cidades, só alterou as regras de construção e distribuição em 1969, num momento de transição política, depois da queda do ditador que o idealizou, abandonando definitivamente o programa em 1972.

Bibliografia

BAPTISTA, Luís V. (1999) – *Cidade e Habitação Social – O Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.

GROS, Marielle Christine (1982) – *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Afrontamento.

GROS, Marielle Christine (1994) – Pequena História do Alojamento Social em Portugal. *Sociedade e Território*, n.º 20, Maio, 1994, 80-90.

ROSAS, Fernando (1995) – *Portugal Entre a Paz e a Guerra 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.

ROSAS, Fernando (1996) – *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938*. Lisboa: Editorial Estampa.